ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DECRETO N.º 4.240, DE 21 DE JUNHO DE 2022.

Aprova a consolidação das normas tributárias do Município de Bom Jardim, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM, Estado do Rio de Janeiro, Sr. PAULO VIEIRA DE BARROS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 78, V da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada, na forma do Anexo Único integrante deste Decreto, a Consolidação das Normas Tributárias do Município de Bom Jardim relativa às seguintes matérias:

I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
II - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis;
III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
IV – Taxas;
V – Contribuição de iluminação pública;
VI – Parcelamento de créditos;
VII – Estatuto Municipal da ME, EPP e Empreendedor Individual;
VIII – Nota Fiscal Eletrônica.

Art. 2º. A presente consolidação das normas tributárias ficará disponibilizada permanentemente no sítio eletrônico oficial do Município de Bom Jardim, disponível no *link*: http://www.bomjardim.rj.gov.br/e-sic/?pagina=exibir_arquivos.php&categoria=Decretos.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, 21 DE JUNHO DE 2022.

PAULO VIEIRA DE BARROS
PREFEITO

SABRINA DE LOURDES PEREIRA NEVES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

O Popular
PUBLICADO
Ed. 1217
EM 22/6/22

Prefeitura Municipal de Bom Jardim
Jéssica Chevrand da Rocha
Diretor de Gabinete
Matrícula 41/6925

ANEXO ÚNICO - DECRETO Nº 4.240/22

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU
Artigos 227 ao 258 da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM)
Lei Municipal nº 508, de 20 de Setembro de 1995 (Dispõe sobre isenção de pagamento de IPTU para aposentados ou pensionistas)
Lei Municipal nº 1.510, de 26 de Março de 2018 (Regulamenta descontos de Tributos)
Lei Municipal nº 1.049, de 16 de Dezembro de 2005 (Altera o §1º da Lei Municipal 508)
Lei Complementar nº 059, de 25 de junho de 2004 (Isenta de qualquer tipo de Imposto Municipal as pessoas portadoras de moléstias graves e dá outras providências)
Lei Complementar nº 067, de 16 de Dezembro de 2005 (Altera a Lei Complementar nº 059/2004)
Lei Complementar nº 163, de 28 de Dezembro de 2014 (Determina a forma de apuração da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU)
Lei Complementar nº 170, de 14 de abril de 2014 (Concede isenção, anistia e remissão aos tributos municipais que incidam sobre os contratos de locação firmados pelo Município)
Lei Complementar nº 236, de 10 de abril de 2018 (Altera a Lei Complementar 218, de 14 de Dezembro de 2016, que institui o Novo Código Tributário)
Lei Complementar nº 289, de 25 de Maio de 2021 (Altera o Código Tributário Municipal)
Lei Complementar nº 175, de 03 de Junho de 2014 (Concede isenção de tributos de competência municipal que incidam sobre a operação das salas de cinema que serão construídas no âmbito do Projeto Cinema da Cidade).
Lei Complementar nº 266, de 28 de Junho de 2019 (Altera a Lei Complementar nº 170, de 14 de abril de 2014)
Lei Complementar nº. 192, de 02 de junho de 2015 (Dispõe sobre normas que regem o uso, a ocupação e o parcelamento do solo no município de Bom Jardim/RJ, o Estudo de impacto de vizinhança e dá outras providencias).
Lei Municipal nº. 76, de 10 de outubro de 2006 (Institui o Plano Diretor territorial do Município).
Decreto nº 4.041, de 08 de Setembro de 2021 (Regulamenta o requerimento de parcelamento previsto na Lei complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 - Código Tributário Municipal – CTM).
Decreto nº 4.125, de 22 de dezembro de 2021 (Fixa as datas de vencimento dos impostos, contribuições e taxas municipais do IPTU e ISS para o exercício de 2022).
Decreto nº 4.173/2022 (Altera a data de vencimento dos impostos e taxas municipais, fixados pelo Decreto nº 4125/2021)
Decreto nº 4.124, de 22 de dezembro de 2021 (Estabelece o percentual de atualização sobre o valor de base de cálculo do Imposto Sobre Serviços - ISSQN e da base de cálculo do IPTU)
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI
Artigos 300 ao 319 da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (CTM)
Decreto nº 3681, de 15 de julho de 2019 (Dispõe sobre procedimento de fiscalização de ITBI)
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS
Artigos 259 ao 299 da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (CTM)
Lei Complementar 226, de 07 de julho de 2017 (Altera o Código Tributário)
Lei Complementar nº 289, de 25 de Maio de 2021 (Nova estrutura administrativa municipal)
Decreto nº 2.784, de 19 de Setembro de 2013 (Institui a Nota Fiscal Eletrônica e recibo provisório de serviço e dá outras providências)
Lei Complementar nº 151, de 06 de Maio de 2013 (Institui a Nota Fiscal Eletrônica)
Lei Complementar nº 160, de 10 de Setembro de 2013 (Dá nova redação a Lei Complementar nº 151/2013)
Decreto nº 2.800, de 18 de Outubro 2013 (Altera o Decreto nº 2784/2013)
Portaria nº 427, de 31 de Outubro de 2013 (Orientação ao Serviço de Administração Tributária e usuários da Nota Fiscal Eletrônica)
Decreto nº 2.943, de 23 de Julho de 2014 (Regulamenta a retenção do ISS devido por Empreendedores

Individuais, Microempresários ou Empresas de Pequeno Porte)
Portaria nº 396, de 29 de Setembro de 2014 (Institui o formulário de Auto de Infração)
Decreto nº 3.228, de 21 de Julho de 2016 (Revoga o art. 3º do Decreto nº 2.800, de 18 de Outubro de 2013)
Decreto nº 2.580, de 15 de julho de 2012 (Institui declaração eletrônica específica para contribuintes que exerçam atividade bancária e financeira)
Portaria nº 188, de 18 de Junho de 2012 (aprova a declaração do ISS Bancos)
Decreto nº 3.260, de 27 de Setembro de 2016 (Estabelece normas para planejamento das ações fiscais)
Portaria nº 387, de 06 de Dezembro de 2016 (Altera artigos da Portaria n 188/2012)
Decreto nº 4.058 de 15 de Junho de 2021 (Altera o capítulo VII do Decreto nº 2.784/2013)
Portaria nº 373, de 01 de Outubro de 2021 (Dispõe sobre a simplificação de procedimentos relativos ao licenciamento de estabelecimento no município).
Decreto nº. 4.181, de 23 de março de 2022 (Dispõe sobre o Plano Anual de Fiscalização Tributária do Município de Bom Jardim para o Exercício de 2022).
Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento - TFLIF
Artigos 320 ao 324 da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (CTM)
Lei Municipal nº 1.057, de 30 de Dezembro de 2005 (Dispõe sobre a isenção pelo período de oito anos do pagamento)
Decreto nº 3.631, de 31 de Janeiro de 2019 (Dispõe sobre a simplificação de procedimento relativa ao licenciamento de estabelecimentos no município)
Lei Complementar nº 253, de 04 de Dezembro de 2018 (Atualiza a Lei Geral Municipal da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).
Lei Municipal nº. 1.477, de 23 de fevereiro de 2017 (Dispõe sobre a regulamentação das feiras livres municipais, bem como o uso do bem público nesta atividade).
Lei Complementar nº. 192, de 02 de junho de 2015 (Dispõe sobre normas que regem o uso, a ocupação e o parcelamento do solo no município de Bom Jardim/RJ, o Estudo de impacto de vizinhança e dá outras providencias).
Lei Municipal nº. 76, de 10 de outubro de 2006 (Institui o Plano Diretor territorial do Município).
Lei Orgânica Municipal
Lei municipal nº. 16, de 04 de dezembro de 1976 (institui o Código de Postura do Município, alterado pela lei municipal nº. 1494, de 27 de outubro de 2017)
Taxa de Vigilância Sanitária – TVS
Art.325 ao 328 e anexo VI, da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Lei Complementar nº. 10, de 21 de março de 1995(Institui o Código de Vigilância Sanitária Municipal).
Taxa de Autorização para o Exercício de Atividades Econômicas em Caráter Eventual ou Ambulante – TACEA
Art.329 ao 332 e anexo VII, da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Decreto Municipal nº. 3.594 de 28 de novembro de 2018 (Regulamenta o art. 331, §1º da lei Complementar nº. 218/2016- renovação de alvará para atividade economia de caráter eventual).
Taxa de Fiscalização para Autorização de Publicidade – TFAP
Art.333 ao 337 e anexo VIII, da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Taxa de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimento e Horário Especial – TFHE
Art.338 ao 341 e anexo X, da Lei Complementar nº 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).

Lei municipal n°. 16, de 04 de dezembro de 1976 (institui o Código de Postura do Município, alterado pela lei municipal n°. 1494, de 27 de outubro de 2017).
Taxa de Licença para Execução de Obras – TLO
Art. 342 ao 348 e anexo XI, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Lei Complementar n°. 192, de 02 de junho de 2015 (Dispõe sobre normas que regem o uso, a ocupação e o parcelamento do solo no município de Bom Jardim/RJ, o Estudo de impacto de vizinhança e dá outras providencias).
Lei Municipal n°. 76, de 10 de outubro de 2006 (Institui o Plano Diretor territorial do Município).
Taxa de Licença Ambiental – TLA
Art. 349 ao 352 e anexo XII, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Lei Complementar n°. 250, de 18 de outubro de 2018 (disciplina o procedimento de consulta e emissão de Autorização Municipal de Movimentação de Terras-AMMT, de Bom Jardim).
Taxa de Autorização para Ocupação do Solo, das Vias e dos Logradouros Públicos – TAOS. (Incluído pela Lei Complementar n°. 226, de 07 de julho de 2017).
Lei Complementar n°. 226, de 07 de julho de 2017 (altera a Lei Complementar n°. 218/2016).
Taxa de Coleta de lixo – TCL
Art. 353 ao 359 e anexo XIII, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Taxa de Serviços Funerários – TSF
Art. 360 ao 363 e anexo XIV, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Decreto Municipal n°. 4.142, de 18 de janeiro de 2022 (Regulamenta a outorga de permissões para o uso de sepultura nos Cemitérios de Bom Jardim).
Taxa de Expediente
Art. 364 ao 367 e anexo XV, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Art. 368 ao 369 e anexo XVI, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Contribuição de Iluminação Pública – CIP
Art. 370 e anexo XVI, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).
Lei Municipal n°. 887, de 30 de dezembro de 2002.
Lei Municipal n°. 1.195, de 05 de dezembro de 2008.
Contribuição de Melhoria – CM
Art. 226, art. 371 ao 382, da Lei Complementar n° 218, de 14 de Dezembro de 2016 (Código Tributário Municipal – CTM).